REPÚBLICA PORTUGUESA | SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA POLÍTICA DA DEFESA NACIONAL

Nuno Pinheiro Torres

Secretário de Estado Adjunto da Política da Defesa Nacional

Intervenção do Secretário de Estado Adjunto da Política da Defesa Nacional, Nuno Pinheiro Torres, na abertura do Curso de Pós-Graduação em Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.

Instituto de Estudos Políticos, Lisboa, 20 de março de 2026

[Vocativos omitidos]

É sempre um gosto voltar a esta casa, a Universidade Católica Portuguesa, que também é a minha, para participar na sessão de abertura da Pós-Graduação em Segurança e Defesa. Num contexto internacional marcado por intervenções unilaterais que acentuaram a crise das instituições multilaterais, o regresso das esferas de influência e uma guerra na Europa para a qual não há uma saída evidente, a segurança e defesa ascenderam ao topo das agendas nacionais e europeia. O IEP teve a visão, a arte e o engenho de conceber uma PG que constitui inquestionavelmente uma mais-valia na formação de quadros superiores num tempo em que a compreensão da complexidade do mundo em que vivemos se tornou premente. As relações internacionais são por natureza dinâmicas. Hoje, o que nos surpreende, é a velocidade da sua transformação e os impactos sistémicos.

O anúncio do declínio, da rutura ou mesmo do fim da ordem internacional liberal tem estado presente nas intervenções de vários dos principais líderes ocidentais. Um dos discursos mais marcantes foi proferido pelo PM do Canadá, Mark Carney, no Fórum Económico Mundial de Davos. Assumiu, de forma desassombrada, a rutura. Explicou que aceitamos viver, em nome da prosperidade das nossas sociedades, a ficção útil de uma ordem internacional assente em regras, ainda que por vezes assimetricamente

aplicadas. E que essa ficção, hoje, já não serve as potências médias. As regras não protegem e a arquitetura das instituições multilaterais está sob ameaça. Concluiu que velha ordem não irá regressar.

Revelador é igualmente o título escolhido para o Relatório que serviu de base à Conferência de Segurança de Munique deste ano: "Em destruição". A metáfora da "wrecking ball" ou bola de demolição é sugestiva. Nesse relatório é citado o Secretário de Estado Marco Rubio, que a 15 de janeiro de 2025, no Comité de Relações Externas do Senado, afirmou que [passo a citar] "a ordem global do pós-guerra não só está obsoleta, como é hoje uma arma que é utilizada contra nós. […] Oito décadas mais tarde, somos mais uma vez chamados a criar um mundo livre a partir do caos, e não será fácil" [fim de citação]. É a própria administração americana que sentencia a ordem internacional vigente, que já não serve os seus interesses.

Na abertura daquela conferência, o Chanceler da Alemanha, Friedrich Merz, atestou a morte da ordem internacional, quando de forma perentória declarou que aquela já não existe. Assinalou que na Europa já atravessamos o limiar para uma era de competição entre grandes potências, em que a tecnologia, as matérias-primas e as cadeias de abastecimento se tornaram instrumentos de poder. Conclui que o mais importante é mudarmos a nossa mentalidade: temos de estar conscientes que a liberdade já não é um dado adquirido numa era de competição [sem regras] entre potências.

Os discursos convergem no diagnóstico. Incerto é o que se segue. Que nova ordem seguirá à atual desordem? E que implicações tem esta convulsão que ocorre nas relações internacionais para a nossa segurança e defesa?

Os pilares da nossa defesa são uma consequência da nossa geografia, fundem-se na defesa europeia e esta tem como pedra angular a relação transatlântica. Por defesa europeia entendo, de forma genérica, a proteção da integridade territorial e a garantia da independência dos países europeus da NATO e dos membros da União Europeia que não integram a Aliança. Assim, a nossa segurança e defesa está indissociavelmente ligada ao destino do espaço euro-atlântico, ainda que os nossos interesses estratégicos não estejam confinados às fronteiras europeias.

Regressando ao presente, nós europeus não podemos invocar surpresa ou espanto com a exigência, por parte da atual administração norte-americana, de assumirmos a principal responsabilidade pela nossa defesa. Após o fim da guerra fria os vários países europeus foram reduzindo progressivamente os seus orçamentos de defesa, num mundo que se tornou unipolar com uma potência hegemónica, confiando assim na proteção conferida por essa potência nossa aliada, ou seja, os Estados Unidos. A verdade é que já vem de longe a exortação norte-americana para que os Estados europeus aumentem a sua despesa em defesa. Robert Gates, Secretário da Defesa em administrações republicanas (com George

W. Bush) e democratas (com Barak Obama), foi particularmente crítico dos Europeus. Considerava inaceitável (as palavras são suas) que os membros europeus da NATO gozassem os benefícios da participação na Aliança, mas não estivessem disponíveis para partilhar os seus riscos e encargos. Com o Presidente Obama, na Cimeira de Gales em 2014, foi-nos imposto o primeiro compromisso de despesa em defesa, de 2% do PIB.

A cimeira de Haia, de junho de 2025, e as recentes Estratégias de segurança e de defesa norte-americanas, não fazem mais do que concretizar esse propósito de impor à Europa a responsabilidade pela sua própria defesa, em duas dimensões: uma financeira e uma outra militar.

- A financeira, acordada em Haia, resulta do novo compromisso de investimento em Defesa para os Aliados, de chegar aos 5% do PIB até 2035: 3,5% em defesa "pura e dura" e 1,5% em resiliência de infraestruturas críticas.
- A militar, plasmada no Estratégia de Segurança de 2025, designada de *burden-shifting* (ou transferência de responsabilidades): isto é, os Aliados Europeus devem assumir a responsabilidade primária pela segurança da sua região e contribuir mais para a defesa coletiva. A Estratégia de Defesa de 2026 concretiza esta orientação, referindo que os Aliados da NATO já estão em condições de assumir a defesa convencional da Europa e que os Estados Unidos apenas darão "apoio crítico, mas limitado".

Daqui resulta uma conclusão que, para mim, é evidente: são os próprios Estados Unidos que pretendem que a Europa se autonomize em termos de defesa convencional. O *"decoupling"* militar é determinado pelo nosso Aliado. Exigem que a Europa invista mais em equipamentos militares (preferencialmente americanos), e que desenvolva as capacidades convencionais críticas em falta e que são necessárias para a sua própria defesa.

Identifico aqui uma ironia. O Presidente francês, Emanuel Macron, teve razão antes do tempo. Num discurso proferido em 2017, na Sorbonne, fez a apologia da autonomia estratégica da Europa, nomeadamente nas capacidades de defesa e nas tecnológicas, em relação aos Estados Unidos. Incompreendido e criticado por vários países, sobretudo do leste, receando um desinteresse ou afastamento norte-americano da NATO, a verdade é que a sua proposta hoje tem eco nas referidas Estratégias norte-americanas. A continuidade da garantia de segurança que os Estados Unidos dão à Europa exige, como vimos, um compromisso da Europa com o aumento significativo da despesa, assim como o assumir da responsabilidade primária pela sua defesa convencional.

Contudo, uma verdadeira política comum de defesa na Europa, que permitisse realizar a desejada autonomia estratégica enfrenta sérios obstáculos: a fragmentação das plataformas e estruturas de comando

militares, consequência da existência de 27 forças armadas; o protecionismo das indústrias de defesa nacionais que inibe os grandes projetos à escala europeia; e, o que não é menor entrave, a resistência dos Estados em abrir mão da defesa como um dos últimos redutos da sua soberania.

A busca da autonomia estratégica da Europa não se cinge à aquisição de equipamentos militares em falta e à edificação de uma indústria de defesa europeia robusta. Há uma outra dimensão fundamental dessa autonomia que me leva a abordar um último ponto antes de terminar: a transformação tecnológica e as profundas implicações no campo de batalha.

Hoje não é possível pensar o presente e o futuro das forças armadas sem a robótica e sem a integração das tecnologias digitais, em particular da Inteligência Artificial, nos sistemas de armas autónomos e semiautónomos. Neste campo, a guerra na Ucrânia dá-nos uma ideia do que está para vir.

A superioridade militar e o sucesso operacional já não assentam apenas nas capacidades convencionais. O Pentágono no planeamento execução das operações militares mais recentes utilizou ferramentas de IA. O projeto *Maven Smart System* da Palantir, o "cérebo de comando" da IA, conjugado com o recurso ao sistema *Claude* da Anthropic, terão estado ligados à intervenção cirúrgica dos Estados Unidos na Venezuela e, mais recentemente, ao ataque militar no Irão.

O futuro joga-se na dimensão digital. Na corrida à AI a Europa está a ficar para trás, numa competição estratégica restrita às duas grandes potências que investem massivamente: os Estados Unidos e a China. Acresce que na Europa temos uma dependência crescente dos Estados Unidos em relação ao fabrico de semicondutores avançados e ao armazenamento em nuvem. Utilizamos o sistema *starlink* para a internet civil e mesmo para uso militar, o que constitui uma outra dependência e uma vulnerabilidade.

Também neste domínio a União Europeia tem de investir no seu próprio ecossistema digital. Não à escala nacional, mas à escala europeia. Já está a fazê-lo nos satélites com a edificação da constelação IRIS. Temos também de avançar nas outras áreas da soberania digital. Mais uma vez a fragmentação nacional impede economias de escala e reduz a velocidade da inovação que no domínio digital são ainda mais críticos. Como vem referido no Relatório Draghi sobre a competitividade europeia, só uma coordenação pan-Europeia permitirá mobilizar recursos financeiros adequados para desenvolver, produzir e sustentar as novas tecnologias necessárias para manter a Europa na liderança. E uma Europa autónoma, acrescentaria.

Para terminar arrisco uma breve reflexão sobre o papel que a Europa ainda poderá vir a desempenhar no concerto das potências. É uma ousadia

minha, porque se seguirá a Masterclasse de quem, sobre esse tema, irá refletir com muito mais propriedade.

Num xadrez geopolítico em que as regras do jogo estão a mudar, a dimensão dos Estados europeus não lhes permitem ser, por si sós, relevantes na arena global. E a União Europeia não é ainda um ator geopolítico que atue em nome próprio, em vez dos 27 Estados Membros. A política externa é feudo dos Estados e a defesa, igualmente reserva de soberania, é garantida pela participação na NATO.

O projeto de uma Europa política, ideia que esteve na génese das comunidades, foi sempre visto como uma utopia. Para caminhar em direção a uma "nação das nações europeias", como escreveu Raymond Aron, "seria necessária uma ameaça urgente, ou um federador todo-poderoso". Deixando de lado esta última hipótese, apenas a ameaça urgente poderia vir a ser o motor de um processo de integração política. Recordando as palavras de Jean Monnet, de que a Europa será forjada nas crises, um conflito armado à escala europeia, ou a sua iminência, poderia dar o impulso para um aprofundar da dimensão da defesa europeia. Ninguém o deseja, todavia, o espectro da guerra já esteve mais longe das nossas fronteiras.

Na sociedade internacional são as regras e as instituições que protegem as pequenas e as médias potências. A Europa desenvolveu-se, em paz, à

sombra da ordem internacional liberal, sob o guarda-chuva convencional e nuclear norte-americano. Com a demolição em curso daquela ordem internacional, e o regresso do "*Might is right*", ou a lei do mais forte, a Europa é confrontada com as suas próprias limitações. As divisões internas resultantes dos diferentes interesses estratégicos nacionais impedem uma ação comum. Acredito que é possível encontrar soluções criativas, em geometrias variáveis, permitindo uma integração modular e escalável, em particular na área da defesa. Haja vontade política.

A Europa tem todas as condições para ser um polo de poder na competição estratégica entre as principais potências, contrabalançando as tendências iliberais, revisionistas ou anarquistas, de forma que a coerção económica e as ações unilaterais militares não se tornem no novo normal. Para tal, recordando o que afirmou o Prof. Doutor Durão Barroso na Grande Entrevista, na RTP Notícias, a 4 de março, "Nós europeus temos de nos tornar adultos geopolíticos". É a hora da Europa. Que os líderes europeus estejam à altura deste tempo.

Muito obrigado.